

**UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ  
DIRETORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO: MÉTODOS E TÉCNICAS DE ENSINO**

**MALVINA DA SILVA SEGURA**

**A IMPORTÂNCIA DA METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DO  
DESENVOLVIMENTO COGNITIVO NA EDUCAÇÃO**

**MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO**

**MEDIANEIRA  
2012**

MALVINA DA SILVA SEGURA

**A IMPORTÂNCIA DA METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DO  
DESENVOLVIMENTO COGNITIVO NA EDUCAÇÃO**

Monografia apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Especialista na Pós Graduação em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino, Modalidade de Ensino a Distância, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR – *Campus* Medianeira.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Shiderlene V. de Almeida.

MEDIANEIRA  
2012



Ministério da Educação  
Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação  
Especialização em Educação: Métodos e Técnicas de  
Ensino



## **TERMO DE APROVAÇÃO**

### **A IMPORTÂNCIA DA METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO COGNITIVO NA EDUCAÇÃO**

Por

**Malvina da Silva Segura**

Esta monografia foi apresentada às 9h40m do dia 22 de abril de 2013 como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista no Curso de Especialização em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino, Modalidade de Ensino a Distância, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Câmpus Medianeira. A candidata foi avaliada pela Banca Examinadora composta pelos professores abaixo assinados. Após deliberação, a Banca Examinadora considerou o trabalho aprovado.

---

Prof. <sup>a</sup> Shiderlene Vieira de Almeida  
UTFPR – Câmpus Medianeira  
Orientadora

---

Prof. Ivone T. Carletto de Lima  
UTFPR – Câmpus Medianeira  
Membro

---

Prof. João Enzio Gomes  
UTFPR – Câmpus Medianeira  
Membro

Dedico este trabalho aos meus familiares pela compreensão, dedicação e confiança, pois sempre acreditaram em mim, e por terem me ajuda compartilhado mais essa etapa e em minha vida.

## **AGRADECIMENTOS**

Em primeiro lugar, a Deus, fonte de inspiração para seguir meu caminho, amigo fiel e companheiro, por me ter concedido paciência e também oportunidade de percorrer essa jornada e pela sabedoria com que guia os meus passos.

Aos colegas de sala e amigos, pelo companheirismo, amizade e pelos grandes desafios enfrentados juntos, pela coragem e imensa força de vontade de vencer, que fez com que prosseguíssemos em busca dessa tão grande realização de nossas vidas.

A minha orientadora, pela dedicação, conhecimento, esforços, comprometimento e exemplo de profissionalismo repassados durante a realização deste Trabalho de Conclusão de Curso.

A todas as pessoas, que direta ou indiretamente, fizeram parte desse estudo. Muito obrigada!

## RESUMO

SEGURA, Malvina da Silva. **A importância da metodologia de avaliação do desenvolvimento cognitivo na Educação Infantil.** 2012. 44 fls. Monografia (Especialização em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino). Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Medianeira, 2012.

O referido trabalho tem como objetivo abordar a metodologia do processo avaliativo do desenvolvimento cognitivo na Educação Infantil. Expõe a melhor forma de compreender o processo de avaliação e as suas metodologias, destacando a importância do desenvolvimento cognitivo das crianças e enfatizando a teoria de Vygotsky como um estudioso que analisou o desenvolvimento das crianças de forma precisa, destacando o papel do professor como primordial e essencial à formação e à avaliação das crianças. Após demonstrar aspectos da avaliação no contexto da Educação Infantil assim como sua importância, um breve histórico da Educação Infantil no Brasil, a relação do desenvolvimento infantil com as características da avaliação e a sua consideração mediante o trabalho do professor, após são abordadas determinadas características do processo avaliativo e sugestões para a aplicação da avaliação: portfólios, provas, avaliação por colegas, por meio de autoavaliação e por entrevista, baseando-se para tanto em pesquisa bibliográfica.

**Palavras-Chave:** Educação Infantil. Vygotsky. Avaliação.

## ABSTRACT

SEGURA, Malvina da Silva. **The importance of methodology for assessing cognitive development in early childhood education**. 2012. 44 fls. Monografia (Especialização em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino). Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Medianeira, 2012.

Such work aims to address the methodology of the evaluation process of cognitive development in early childhood education. Exhibiting the best way to understand the assessment process and the methodologies, highlighting the importance of children's cognitive development and emphasizing Vygotsky's theory as a scholar who has analyzed the development of children accurately, highlighting the role of the teacher as primary and essential training and assessment of children. After demonstrating aspects of evaluation in the context of early childhood education and its importance, a brief history of early childhood education in Brazil, the relationship of child development with the characteristics of evaluation and consideration by the teacher's work, certain characteristics are discussed after the process evaluation and suggestions for the implementation of assessment: portfolios, tests, peer review, through self-assessment and interview, based on literature search for both.

**Keywords:** Early Childhood Education. Vygotsky. Evaluation.

## **LISTA DE SIGLAS**

LDB - Lei de Diretrizes e Bases

MEC - Ministério da Educação

PCN - Parâmetros Curriculares Nacionais

ZDP - Zona de desenvolvimento proximal



## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>9</b>
<b>2 A AVALIAÇÃO NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL.....</b>	<b>11</b>
2.1 A EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL.....	11
2.2 A AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL E SUA IMPORTÂNCIA.....	12
2.3 A AVALIAÇÃO MEDIANTE O TRABALHO DO PROFESSOR.....	20
<b>3 A AVALIAÇÃO MEDIANTE A CONCEPÇÃO DE VYGOTSKY.....</b>	<b>23</b>
<b>4 PROCESSO AVALIATIVO: PLANEJAMENTO E SUGESTÕES PA- RA APLICAÇÃO DA AVALIAÇÃO.....</b>	<b>28</b>
4.1 PORTFÓLIOS.....	29
4.2 PROVAS.....	33
4.3 AVALIAÇÃO POR COLEGAS.....	34
4.4 AVALIAÇÃO POR MEIO DE AUTOAVALIAÇÃO.....	35
4.5 AVALIAÇÃO POR MEIO DE ENTREVISTA.....	37
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>39</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>41</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A avaliação educacional é um instrumento didático de essencial importância para a realização do trabalho docente, devendo ser realizada de forma contínua e constante, acompanhando, assim, cada etapa do processo ensino-aprendizagem. É através desta que são cotejados os resultados do trabalho conjunto desenvolvido pelo educador e seus alunos, de acordo com os objetivos estabelecidos, com a finalidade de identificar os desenvolvimentos e deficiências, além de melhor orientar o desenvolvimento do ensino, buscando, deste modo, sua otimização. Sendo assim, pode-se asseverar que a avaliação educacional integra a dinâmica e a estrutura do processo ensino-aprendizagem.

Por meio da avaliação é possível realizar uma observação dos conteúdos repassados aos discentes, refletindo assim o nível de trabalho do professor e do aluno. De tal maneira, a realização da avaliação, além de atribuir notas, deve ser empregada como um meio de coleta de informações acerca do aproveitamento dos alunos. Além disso, a avaliação possibilita que se determine o grau de assimilação dos conceitos, auxiliando o educador a aprimorar a sua metodologia de trabalho.

Na Educação Infantil, a avaliação é um processo ainda em construção no qual estabelece vários significados e objetivos que se deve alcançar. Na concepção de Haydt (1998) a avaliação é compreendida como o ato de:

[...] julgar ou fazer apreciação de alguém ou de alguma coisa, tendo como base uma escala de valores. Assim sendo, a avaliação consiste na coleta de dados quantitativos e qualitativos e na interpretação desses resultados com base em critérios previamente definidos (HAYDT, 1998, p.10).

Neste contexto, a avaliação deve ser contínua, específica, visando à avaliação das habilidades infantis, privilegiando as situações vivenciadas pela criança, as quais devem ser observadas e registradas pelo professor, devendo o mesmo ser preparado para efetuar os registros e ter domínio sobre as teorias do desenvolvimento infantil, compreendendo o momento e as necessidades de cada um.

Na Educação Infantil a criança realiza muitas descobertas e, por este motivo, o professor é considerado parte integrante deste processo e contribui com ele por

meio da estimulação, incentivo, sendo, portanto, um mediador do processo de ensino aprendizagem.

Tendo por objetivo abordar o processo de avaliação do desenvolvimento cognitivo da Educação Infantil e utilizando-se do método de pesquisa bibliográfica, o referido trabalho analisou inicialmente a avaliação no contexto da Educação Infantil, de forma a mostrar que nesta faixa etária este procedimento é importante para o professor analisar o desenvolvimento e desempenho dos alunos.

Posteriormente, levantou aspectos relacionados à avaliação na Educação Infantil e sua importância, bem como o desenvolvimento infantil, em seus aspectos cognitivo, afetivo e social, para, em seguida, retratar a avaliação diante do trabalho do professor. Em um distinto capítulo tratou acerca da avaliação mediante a concepção de Vygostky. E, por fim, tratou sobre o processo avaliativo, recomendando a forma como deve ser seu planejamento e também indicando sugestões para a aplicação da avaliação, apresentando para tanto os procedimentos de portfólios, provas, avaliação por colegas, por meio de autoavaliação e por entrevista.

## 2 A AVALIAÇÃO NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

### 2.1 A EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL

A compreensão acerca da avaliação na Educação Infantil no Brasil requer um retorno histórico sobre esta etapa específica. Ao serem estudados alguns aspectos da educação brasileira, é possível verificar que a Educação Infantil constituiu-se como um direito, de fato, da criança apenas em 1988, com a promulgação da Constituição Federal do Brasil, a qual determina em seu artigo 208, inciso IV, que “o dever do Estado com a educação será efetivado mediante garantia de [...] atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade”. Portanto, desde então a Educação Infantil passou a ser reconhecida como um nível de educação obrigatório e considerada como dever do Estado e da Família.

Já a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), que estabeleceu a garantia da Educação Infantil como uma etapa inicial da Educação Básica constituiu-se uma conquista, pois como anunciado nesta Lei, mais especificamente em seu artigo 30, a Educação Infantil tem de ser oferecida em creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade e em pré-escolas, para as crianças de quatro a seis anos de idade. Portanto, com a LDB (BRASIL, 1996), inúmeros avanços foram instituídos, pelo menos em termos de legislação, ressalta Teodoro (2010).

Embora por longa data na história perdurasse a preocupação com a Educação Infantil, foi somente a partir da instituição da Constituição Federal de 1988 que a mesma passou a ser apontada como um direito e como um campo de estudo mais efetivo. Neste sentido, Sarmiento e Pinto (2000) apontam que as crianças sempre se encontraram presentes no mundo, contudo as peculiaridades da vida moderna determinaram relações novas para esse grupo, o que, por conseguinte, têm motivado crescentes inquietações e novas discussões.

Entretanto, verifica-se que, se de um lado há tais inquietações sociais e políticas, por outro lado confere-se práticas que não satisfazem aos direitos fundamentais e não os afiançam, por isso a necessidade de medidas para implementação destes direitos na realidade concreta das crianças. Diante desta realidade, é necessário questionar os modos mais eficazes de assegurá-los.

No que se refere às indagações, perdura o questionamento de como tem ocorrido a avaliação dos alunos da Educação Infantil. Assim, há que se questionar qual a importância da metodologia de avaliação do desenvolvimento cognitivo na educação destes alunos.

## 2.2 A AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL E SUA IMPORTÂNCIA

De acordo com Antunes (2009), a educação do Brasil consagrou a avaliação do aluno em função da imputação de notas que servem como verdadeiras "medidas" da aprendizagem, sendo a prova bimestral, exames ou testes, como são denominadas as avaliações, as quais representam, em grande parte das vezes, o foco do aluno para alcançar o principal objetivo, que é passar de ano.

Luckesi *apud* Libâneo (1985) conceitua a avaliação como uma análise qualitativa acerca de informações importantes do processo de ensino e aprendizagem que ajuda o educador a adotar deliberações a respeito do seu trabalho.

A avaliação é relacionada à verificação de aprendizagem de acordo com Nérici (1985), haja vista que para o autor a avaliação consiste no ato de conferir aos resultados alcançados na verificação da aprendizagem valores ou notas.

No conceito de Hoffmann (1993), a ação de avaliar possui diversos significados, arrolados à avaliação tradicional, como prova, boletim, conceito, nota, reprovação e recuperação. Todavia, de acordo com a mesma autora, não se pode conceber a avaliação como julgamento, pois, deste modo, somente o aluno estaria compreendido nesta definição. Deste modo, segundo Hoffmann (1998), a avaliação consiste num ato reflexo:

Nessa tarefa, de reconstrução da prática avaliativa, considero premissa básica e fundamental a postura de "questionamento" do educar. A avaliação é a reflexão transformada em ação. Ação, essa, que nos impulsiona a novas reflexões. Reflexão permanente do educador sobre sua realidade, e acompanhamento, passo a passo, do educando, na sua trajetória de construção do conhecimento (HOFFMANN, 1998, p. 18).

Desta forma, chega-se ao consenso, como elucidado por Pilet (1986), de que a avaliação é um contínuo processo de observações que tem como objetivo

decifrar os conhecimentos, atitudes e habilidades dos educandos, tendo em vista mudanças aguardadas na conduta dos alunos, estabelecidas nos objetivos, visando instituir condições de deliberar acerca de alternativas de planejamento do trabalho e da escola como um todo.

O termo avaliação refere-se a uma prática que possibilita ao docente averiguar os resultados de seu trabalho em sala de aula, e com a Educação Infantil não é diferente. Assim, a avaliação é denominada uma ação diária estabelecida pelas instituições, a qual é utilizada para analisar todo o processo de ensino aprendizagem do aluno, podendo ser ela investigativa, individual ou coletiva, mas sempre de acordo com as expectativas do professor.

Silva (1999), neste sentido, destaca que a avaliação tornou-se uma prática educacional. Assim, nas então classes de alfabetização - etapa intermediária entre a pré-escola e a 1ª série -, as crianças passaram a submeter-se a avaliações de prontidão e, quando obtinham baixo desempenho, eram retidas

A avaliação proporciona ao professor em sala poder analisar e saber quais os alunos que possuem mais dificuldades ou baixo desempenho para que a partir de então ele busque métodos, técnicas e subsídios para favorecer sua recuperação durante o ano letivo.

O artigo 31 da LDB afirma que na Educação Infantil a avaliação far-se-á mediante acompanhamento e registro do seu desenvolvimento, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental (BRASIL, 1996). E, na Seção II (art. 29) da mesma Lei, a Educação Infantil é definida como:

[...] a primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade (BRASIL, 1996).

Pode-se destacar que de acordo com o art. 31 da LDB (BRASIL, 1996), a avaliação se mostra elucidativa ao ser estabelecido que “na Educação Infantil a avaliação far-se-á mediante acompanhamento e registro de seu desenvolvimento, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao Ensino Fundamental”.

Deste modo, vê-se que a avaliação, para a LDB (BRASIL, 1996), deve ser orientadora da ação educativa, visando ao seu aprimoramento, pressupondo o delineamento de objetivos claros e pertinentes, orientadores dos critérios

estabelecidos como essenciais ao mapeamento das aprendizagens e desenvolvimento alcançado.

Destaca-se, ainda, que segundo a LDB, a avaliação passa a ser considerada como uma prática favorável ao professor para que o mesmo possa acompanhar e promover o desenvolvimento das crianças, onde o resultado final não deve ser aprovado ou não, mas sim acompanhar o desenvolvimento das crianças de 0 a 6 anos, analisando sempre as práticas de cuidado e educação que estão sendo adotadas, como aponta Brasil (1996).

Já os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) para os primeiros e segundo ciclos do Ensino Fundamental estabelecem uma percepção de avaliação que visa suplantar a tradicional concepção de avaliação, definindo-a como componente integrante e inerente ao processo educacional (BRASIL, 1997).

A avaliação proposta pelos PCNs contrapõe-se à avaliação tradicional, que se restringe a apreciação sobre fracassos ou sucessos do educando. Na perspectiva deste documento, a avaliação é uma série de atuações com a função de sustentar, alimentar e orientar a avaliação educacional, devendo ocorrer contínua e sistematicamente através da interpretação qualitativa do conhecimento edificado pelo aluno, sendo, portanto, um meio de conhecer o quanto o aluno se achega à expectativa de aprendizagem que o professor estabelece em função da intervenção pedagógica em específicos momentos da escolaridade.

Segundo este documento, a avaliação auxilia o professor com subsídios para uma contínua reflexão acerca de sua prática, sobre a criação de instrumentos novos de trabalho, a retomada de aspectos que devem ser reconsiderados, reconhecidos ou ajustados como propícios para o processo individual ou de todo grupo. Por outro lado, para o aluno é um mecanismo de tomada de consciência de suas dificuldades, conquistas e possibilidades para reorganização de seu desempenho no exercício da aprendizagem. E, por último, permite à escola estabelecer suas prioridades e apontar quais aspectos das ações educacionais exigem maior apoio.

A avaliação estabelecida nos PCNs, em suma, é entendida como conjunto de ações que objetiva a adaptação e a orientação da intervenção pedagógica para que o aluno aprenda da melhor maneira; como elemento integrador entre a aprendizagem e o ensino; como uma série de ações que visa alcançar informações

sobre aquilo que foi e como foi aprendido; como item de contínua reflexão da prática educativa para o professor; como instrumento que permite que o aluno se conscientize de suas dificuldades, progressos e possibilidades e, por fim, como ação que se dá no percorrer do processo de ensino e aprendizagem e não somente em momentos determinados caracterizados como encerramento de etapas de trabalho.

De certa forma, em qualquer modalidade de ensino quando se fala em avaliação já se lembra de prova, estudar, decorar textos, além da preocupação com a nota de uma forma geral.

Com toda esta preocupação houve a necessidade de se buscar novas mudanças, oportunidades, exigindo compromisso com a formação e com o desenvolvimento do educando.

De acordo com Esteban (2001) o processo de aprendizagem não pode ser equiparado a um jogo de encaixe, que busca encontrar o lugar propício para cada figura, com ausência de espaço para criação, realização de uma solução diferente que rompa com o que foi estabelecido previamente. Este autor pontua que aprender não pode constituir-se uma simples reprodução de respostas preestabelecidas ou numa proposição de soluções que representem a mera reprodução de um modelo padrão. Deste modo, segundo sua concepção, a avaliação deve estar centrada na classificação e na hierarquização, de forma que a criança seja moldada permanentemente até que se ajuste perfeitamente no espaço reservado para ela, sem oposições, sem que se tenha que forçar.

Esteban (2001) também estabelece que a avaliação educacional é elemento integrador essencial do processo educativo que se não estivesse compreendida nele seria incompleto ou sem sentido. Assim, todas as escolas e cursos têm de preservá-la ainda que sua existência seja indesejável para grande parte dos educandos e educadores.

O Plano Nacional da Educação foi o segundo documento legal norteador da Educação Infantil. De elaboração do Ministério da Educação, baseado na LDB (BRASIL, 1996), este documento foi instituído como um plano do governo que firmou diretrizes, objetivos e primazias do setor educacional brasileiro, pretendendo melhorar a qualidade de ensino em todo o país. Dentre suas proposições principais encontram-se a universalização do ensino em todo o país e a criação de estímulos para que todos finalizem a educação básica. Este plano, portanto, foi responsável



pela fundação de parâmetros de qualidade dos serviços de Educação Infantil e apresentou a avaliação como metodologia para a adoção de medidas que privilegiam a qualidade do ensino (CONAE, 2010).

Deste modo, a avaliação é compreendida como um processo de captação e reconhecimento das necessidades, a partir do confronto entre a situação atual e a esperada, a qual visa uma intervenção na realidade para poder favorecer a aproximação entre ambas, de maneira que avaliar torna-se capaz de acompanhar todo o processo de desenvolvimento e de construção do conhecimento do aluno.

Segundo Jaegger (1993), há três importantes ocasiões no procedimento de avaliação: a colheita de informações, a declaração de um juízo e a tomada de decisão pelo educador. Estas ocasiões, enquanto definem a avaliação como um processo, também indicam suas respectivas etapas.

A avaliação possui um significado diferente e importante, pois ela ocorre num tempo programado e determinado, num espaço específico e denomina-se um processo onde está diretamente associado ao processo de ensino-aprendizagem, o que se torna uma prática investigativa e não sentenciva, mediadora e não constativa, porque é a interação do professor e aluno.

De acordo com documento do MEC a avaliação deve abordar os seguintes fatores:

Favorecer o desenvolvimento infantil nos aspectos físico, emocional, intelectual e social; Possibilitar experiências educacionais na escola, que favoreçam aos sujeitos buscarem melhores condições de vida, mediante a tomada de consciência crítica e ao exercício da cidadania; orientar o processo de tomada de decisões, apontando a trajetória dos sujeitos, seus avanços, dificuldades, e possibilidades no sentido de indicar novos caminhos a serem percorridos (BRASIL, 1997, p.17).

A avaliação na Educação Infantil deve seguir algumas regras, ou seja, métodos e procedimentos que possibilite favorecer a forma de se avaliar como, por exemplo, o dinamismo da criança, a interação social com as demais crianças da turma, o conhecimento que ela possui, possibilitando seu desenvolvimento através da ação educativa, avaliando seu relacionamento afetivo e a busca de suas dificuldades. Na Educação Infantil a avaliação deve ser diária, onde o professor deve preencher uma ficha avaliativa contendo a evolução das habilidades de cada criança, um relatório individual da mesma, possibilitando assim aos pais estar a par

de todo o desenvolvimento da criança. Além disso, deve se considerar que as crianças apresentam formas características e diferenciadas de vivenciar as circunstâncias e de interatuar com os elementos do mundo físico, desempenham novas conquistas, superando expectativas e causando surpresas diversas (HOFFMANN, 1996).

Para Unglaub (2005), a avaliação é uma forma de mediar o contato da criança com a realidade e impressões que ela tem do mundo, as concepções do educador em relação a criança e o papel da escola. Desta forma, o autor define a avaliação como um processo abrangente e justo, que precisa levar em conta as diferenças individuais e as formas de aprendizagem que variam de pessoa para pessoa.

É muito importante destacar que cada criança possui um ritmo próprio de interagir com o meio e de construir seu conhecimento, assim o professor deve atentar para alguns fatores tais como observar as manifestações de cada criança fazendo uma reflexão sobre o significado dessas manifestações em termos de seu desenvolvimento.

Tem-se atualmente o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (BRASIL, 1998), que ao referir-se a avaliação traz uma definição clara da avaliação na Educação Infantil:

[...] um conjunto de ações que auxiliam o professor a refletir sobre as condições de aprendizagens oferecidas e ajustar a sua prática às necessidades colocadas pela criança. Ou seja, não há a menor vinculação com a questão classificatória, punitiva ou ainda promocional, que erroneamente são vinculadas à avaliação. É um elemento indissociável do processo educativo que possibilita ao professor definir critérios para planejar as atividades e criar situações que gerem avanços na aprendizagem das crianças. Tem como função acompanhar, orientar, regular e redirecionar esse processo como um todo. (BRASIL, 1998, v. 1, p.59)

O Parecer CNE/CEB n. 20/2009 por sua vez afirma que a avaliação na Educação Infantil deve ser realizada por instituições escolares que ofertam esta modalidade ou por creches, de forma que deve ser vista como uma maneira de reflexão sobre a prática pedagógica na busca de melhores caminhos para orientar as aprendizagens das crianças.

De acordo com Teodoro (2010), a avaliação da aprendizagem é uma constante no contexto educacional, de forma que diversos pesquisadores tendem a

sempre propor técnicas mais competentes e dinâmicas para mapear o quanto e a maneira como o aluno aprendeu. Se em dado momento, esta atividade objetivou separar os bons dos maus alunos, classificando-os segundo os resultados por eles atingidos, em outro, o objetivo deslocou-se para a compreensão dos problemas, no intuito de implementar medidas para a superação dos mesmos.

Assim, compreende-se que a avaliação da aprendizagem deve configurar-se em um sucessivo processo, concretizado diariamente, que objetiva identificar, compreender e superar erros, pela reconfiguração da ação pedagógica e condução do aluno para assimilação das finalidades proeminentes para a aprendizagem e desenvolvimento, não restringindo-se, portanto, a momentos exatos ou limitando-se a utilização de técnicas mais adequadas à mera reprodução mecânica de informações, como comumente são os testes e provas, observa Teodoro (2010).

Segundo Melchior (2002), a importância da avaliação para o aluno se mostra de grande relevância, na medida em que se considera imprescindível que o mesmo conheça os frutos de seu esforço e empenho não apenas pelo contentamento da aprendizagem, mas, sobretudo, pela significação que tem o conhecimento de suas capacidades para aprendizagens futuras.

Para Saul (1988) o fundamental compromisso da avaliação é o de permitir que as pessoas envolvidas direta ou indiretamente em uma ação educacional registrem a sua própria história e dêem origem às suas próprias alternativas de ação.

Como quaisquer outras atividades realizadas cotidianamente com objetivos específicos, a avaliação tem em vista seus desígnios, especialmente se considerada dentro do contexto educacional, o qual tem como objetivo permitir o desenvolvimento do indivíduo como um todo: no domínio cognitivo, afetivo e de socialização, por isso Rabelo (1998) apresenta a avaliação como algo imprescindível na atividade humana e, por conseguinte, na educação.

Rabelo (1998) identifica como objetivo da educação e da avaliação o desenvolvimento da autonomia do educando, que é indissociavelmente social, moral e intelectual, procurando convertê-lo em um cidadão, beneficiando o crescimento de sua competência de se organizar, especialmente, em um grupo. Desse modo, considera-se que a avaliação está vinculada ao aspecto social, visto que viabiliza o aparecimento de situações problemas que fazem da escola uma prática que leve o

aluno a inserir-se no meio social. Realizadas estas considerações, passa-se a elucidar alguns aspectos do desenvolvimento infantil.

A criança é um indivíduo com capacidade social que apresenta habilidades afetivas, emocionais e cognitivas, desejando, portanto, estar próxima às pessoas e sendo competente de interagir e aprender com elas, de forma a compreender e influenciar seu ambiente, estendendo assim suas interações, relações sociais e configurações de comunicação.

Cada vez mais as crianças sentem-se protegidas para se expressar, podendo aprender nas trocas sociais com distintas crianças e adultos, cujas percepções e apreensões da realidade também são diversas. Assim, o processo de ensino-aprendizagem se dá de maneira continuada, integrativa, gradual, cumulativa.

E diante disso, há que se verificar a forma de avaliá-lo, ou seja, de motivar a verificação da aprendizagem e a avaliação do educando. Neste sentido, salienta-se Hoffmann (2001), uma das poucas que aborda acerca da avaliação na Educação Infantil, sendo uma referência fundamental para tal apontamento.

A avaliação na Educação Infantil objetiva acompanhar o desenvolvimento das crianças na escola, observando a forma que elas aprendem e quais os aspectos que carecem de uma atenção específica pelo educador, para a partir daí, oferecer-lhes diversos desafios. Sabe-se que o procedimento de avaliação permite que o educador medite sobre a sua prática pedagógica, permitindo, caso haja necessidade, alterá-la, no intuito de beneficiar a aprendizagem da criança.

Bassedas, Huguet e Sole (1999) abordam por meio de suas ideias a íntima relação entre avaliação e desenvolvimento infantil, destacando a avaliação como tendo significado por meio da intervenção, amparando a tomada de decisões educativas, para ponderar a evolução e o desenvolvimento das crianças.

Para Hoffmann (2008), as crianças apresentam formas variáveis e características de vivenciar as circunstâncias de aprendizagem. De acordo com a autora, o desenvolvimento das mesmas sucede muito ligeiramente, a cada instante ocorrem aprendizagens novas, originando muitas vezes, surpresas ao professor, uma vez que a criança pode exceder as perspectivas dos mesmos.

Avaliar para Hoffmann (2000) significa dinamizar ocasiões de ação-reflexão, num permanente acompanhamento do educador e este deve proporcionar ao educando em seu processo de aprendizado, reflexões sobre o mundo, constituindo

indivíduos críticos e participativos na constituição de verdades formuladas e reformuladas. De tal forma, a grande seriedade da avaliação na Educação Infantil consiste em avaliar o desenvolvimento das crianças e em o educador revisar suas práticas pedagógicas, ponderando a avaliação na Educação Infantil como um acompanhamento na investigação pelo desenvolvimento da criança.

Nicolau (1986) enfatiza a seriedade da avaliação na Educação Infantil, salientando-a como:

[...] um instrumento para o educador reformular a ação educativa que exerce, de modo a contribuir decisivamente para o desenvolvimento integral do potencial infantil. Especialmente na pré-escola, antes de nos preocuparmos em avaliar a criança, temos de desafiá-la para que desenvolva o seu potencial. Em vez de rotular a criança a partir do que ela ainda não faz, devemos partir daquilo que já é capaz de fazer, para ajudá-la a fazer o que certamente aprenderá (NICOLAU, 1986, p. 289).

Segundo a LDB (1996) em seu art. 9º, a avaliação na Educação Infantil não detém caráter de promoção, mas tem por intuito diagnosticar e acompanhar o desenvolvimento da criança em todos os seus aspectos.

Por fim, salienta-se que a avaliação é muito importante para o desenvolvimento cognitivo, afetivo e para a socialização da criança, pois através dela o professor auxilia o aluno a trabalhar com as suas dificuldades.

### 2.3 A AVALIAÇÃO MEDIANTE O TRABALHO DO PROFESSOR

O professor é importante em relação a avaliação de forma que o mesmo deve sempre ter documentado tudo, desde seus objetivos, prática, propostas, o que lhe favorece em estar avaliando seu próprio trabalho, sua conduta e atuação em sala de aula.

O professor em sala de aula deve ter a avaliação como uma ação totalmente fundamentada em uma filosofia de ensino, podendo a mesma se realizar através de atividades, provas, questões, trabalho, bem como em avaliações diferenciadas e objetivas que possibilite ao educador compreender a importância de seu trabalho, bem como propor às crianças a aquisição de conhecimentos e desenvolvimento de

atitudes, de formas de estudo e trabalho, individual ou coletivamente, para utilização no decorrer das aulas.

De acordo com Bassedas, Huguet e Sole (1999) a avaliação pode ocorrer na Educação Infantil com base em procedimentos escritos, como, testes, fichas, exercícios e provas, que apresentam percepções, observações e conceitos que o educador tem sobre o aluno e que podem abranger comentários do dia a dia, ou diálogos no ambiente escolar, na sala dos professores, ou com os pais.

De tal forma, o professor deve conhecer melhor seu aluno, seus interesses e adequar o seu processo de ensino, com as informações que obtêm dele durante o processo de ensino-aprendizagem, pois dessa forma o professor saberá o grau de conhecimento que ele possui, e através disso poderá elaborar sua avaliação de forma contínua.

Hoffmann (2000) por sua vez apresenta alguns princípios que devem nortear a avaliação na Educação Infantil, dentre os quais encontram-se o cuidado do professor na realização de algumas observações provisórias dos alunos que estão em desenvolvimento constante, bem como o acompanhamento do percurso da criança, de forma que compreendam o desenvolvimento das mesmas e mantenham sempre o olhar investigativo sobre as crianças. Deste modo, o professor deve visar sempre entender a criança em seu processo de aprendizagem, mantendo o olhar aberto para os avanços constantes do educando. Esta avaliação, conhecida como mediadora, alarga o olhar do professor sobre o seu fazer pedagógico, o que acaba por influenciar suas ações educativas e possibilita reconhecer a criança como sujeito de aprendizagem.

Por outro lado, a avaliação pode ser formativa quando o professor avalia a maneira como ensina o aluno, as oportunidades e possibilidades ofertadas a ele, valorizando sua experiência, despertando neste aluno o interesse, propondo motivação, novos conhecimentos, assim como novos caminhos e incentivando-o para seus novos aprendizados.

O professor tem que se estabelecer como instrumento de descoberta, como seguro e inspirador ponto de apoio, assim como ser um mediador responsável que toma decisões pedagógicas conscientes, não restringindo-se a corrigir ou deixar errado, haja vista que além de informar e respeitar o erro quando construtivo, ele pode questionar, problematizar e auxiliar a pensar, afirma Weisz (2006).

Neste contexto, afirma-se que todos os educadores, assim como os demais que compõem o ambiente educativo, devem comprometer-se com o ato avaliativo, no intuito de resgatar a qualidade da avaliação na Educação Infantil.

### 3 A AVALIAÇÃO MEDIANTE A CONCEPÇÃO DE VYGOTSKY

De acordo com Oliveira (1997), os trabalhos de Vygotsky têm como temas centrais o desenvolvimento humano, a aprendizagem e as relações entre desenvolvimento e aprendizagem, de forma que a preocupação com o desenvolvimento humano encontra-se presente em toda a sua obra.

Vygotsky, como aponta Oliveira (1997), buscou entender o processo de origem e de desenvolvimento dos processos psicológicos que se realizaram ao longo da história da espécie humana e história individual. Tal tipo de abordagem, que realça o processo de desenvolvimento é conhecido como abordagem genética.

Juntamente com sua constante preocupação com a questão do desenvolvimento, Vygotsky enfatizava a importância dos processos de aprendizagem, pois para ele desde o nascimento o aprendizado está atrelado ao desenvolvimento, e este é um aspecto universal e necessário do processo de desenvolvimento das funções psicológicas organizadas culturalmente e especificadamente humanas. Para ele, há uma trajetória de desenvolvimento, definido em parte pelo processo de maturação do organismo individual, pertencente à espécie humana, contudo é o aprendizado que permite o despertar de processo internos de desenvolvimento que, não ocorreriam se não fosse o contato do indivíduo com determinado ambiente cultural, destaca Oliveira (1997).

Inicialmente Vygotsky afirma que a aprendizagem é um processo contínuo e que é o fruto de um processo de internalização, onde a aprendizagem efetua-se como o produto de uma ação dos adultos que faz mediação no processo de aprendizagem das crianças. Para ele, tal processo é importante e beneficia demasiadamente o desenvolvimento infantil. Desta maneira, ele considera imprescindível que sejam utilizadas ferramentas culturais e até mesmo lingüísticas, assim como a assimilação e a acomodação, considerando o mediador como aquele que auxiliar a criança a atingir seus objetivos sem a intervenção de outrem. Para Vygotsky, portanto, a criança consegue aprender sozinha, e a função da escola se destaca em lhe proporcionar conceitos espontâneos e experiências adquiridas através da convivência pessoal

O professor mediador deve orientar o aluno de modo a conduzi-lo a desenvolver o raciocínio da questão e, por conseqüência, da solução dos exercícios



propostos, para que nos exercícios posteriores os alunos já possam desenvolvê-lo sozinhos e, se acontecer o contrário, ou seja, se o professor simplesmente colocar a atividade proposta na lousa e não conduzi-la a uma excelente explicação, os alunos não vão reconhecer o processo de realização do problema e continuarão com dúvidas para resolver.

Para Vygotsky, não é suficiente ter todo o aparato biológico da espécie para realizar uma tarefa se o indivíduo não participa de ambientes e práticas específicas que propiciem esta aprendizagem. Não podemos pensar que a criança vai se desenvolver com o tempo, pois esta não tem, por si só, instrumentos para percorrer sozinho o caminho do desenvolvimento, que dependerá das suas aprendizagens mediante as experiências a que foi exposta.

Vygotsky em seu estudo destacou a importância da Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP), que se denomina a distância entre o nível de desenvolvimento real, ou seja, determinado pela capacidade de resolver problemas independentemente, e o nível de desenvolvimento proximal, demarcado pela capacidade de solucionar problemas com ajuda de um parceiro mais experiente, a qual é conceituada como:

[...] a distância entre o nível de desenvolvimento real, que se costuma determinar através da solução independente de problemas, e o nível de desenvolvimento potencial, determinado através da solução de problemas sob a orientação de um adulto ou em colaboração com companheiros mais capazes (VYGOTSKY, 1998a, p. 122).

A noção de ZDP é uma das noções vigotskianas mais conhecidas no contexto da educação, ação que se consolidou na obra de Vygotsky nos anos de 1930, e foi proposta, inicialmente, com a perspectiva de estabelecer diagnósticos para o desenvolvimento infantil, com uma metodologia alternativa as proposições existentes na década de 1930.

Vygotsky (1998) considera o desenvolvimento infantil como um dialético processo, com conflitos e crises, sendo, todavia, indispensável para que a criança estabeleça seu conhecimento. O autor também salienta que a aprendizagem infantil se inicia muito antes de as crianças começarem a frequentar a escola, pois para ele a aprendizagem e desenvolvimento estão conectados desde o nascimento da criança, devendo a aprendizagem superar o desenvolvimento. E, para facilitar e beneficiar esse aprendizado, Vygotsky institui o conceito de zona de desenvolvimento proximal.

Para Vygotsky, o processo de aprendizagem deve ser visto de modo que não se focalize aquilo que a criança aprendeu, mas sim o que ela está aprendendo, de forma que em suas práticas pedagógicas, os professores prevejam em que tal ou qual aprendizado poderá ser útil àquela criança, não somente no momento em que é ministrado, mas para além dele. Dessa forma, o autor ambiciona um processo de transformação constante na trajetória das crianças. E, as implicações desta relação entre ensino e aprendizagem para o ensino escolar estão no fato de que este ensino deve se concentrar no que a criança está aprendendo, e não no que já aprendeu, hipóteses que é confirmada por Vygotsky através do desenvolvimento de seu conceito de zona de desenvolvimento proximal (FIOCRUZ, 2004).

Por conseguinte, para Vygotsky é fundamental que o aluno participe da relação de avaliação, de maneira que através da ZDP torna-se possível denotar que a avaliação não pode ser um momento isolado e ocorrido ao final do processo de aprendizagem, mas ser contínuo. Assim o autor afirma que a aprendizagem mais importante para a criança é aquela que está acontecendo e não aquela em que o professor fica avaliando conteúdos já ensinados (CASTRO FILHO, 2007).

Vygotsky não é simpatizante da avaliação que se dá por meio de testes, pois para ele nesta hipótese somente é possível constatar o nível de desenvolvimento obtido pelo sujeito e não o que possui potencialmente. O processo de avaliação deve primar, portanto, revelar o potencial de aprendizagem do indivíduo e não somente identificar que conhecimento ele já tem em um determinado momento.

[...] não podemos limitar-nos meramente à determinação de níveis de desenvolvimento, se o que queremos é descobrir as relações reais entre o processo de desenvolvimento e a capacidade de aprendizado. Temos que determinar pelo menos dois níveis de desenvolvimento... O nível de desenvolvimento real caracteriza o desenvolvimento mental retrospectivamente enquanto a zona de desenvolvimento proximal caracteriza o desenvolvimento prospectivamente.... Assim a zona de desenvolvimento proximal permite-nos delinear o futuro imediato da criança e seu estado dinâmico de desenvolvimento propiciando o acesso não somente ao que já foi atingido através do desenvolvimento, como também, àquilo que está em processo de maturação (VYGOTSKY, 1984, p.95-97).

Hoffmann (2005), baseando-se nas contribuições de Vygotsky propõe que a postura mediadora do educador pode fazer à diferença na avaliação formativa, defendendo deste modo a avaliação mediadora. Para tanto, a autora considera que a mediação permite o encontro do professor com o aluno por meio do diálogo, pois o

educador ensina e aprende, assim como o aluno ensina e aprende, concomitantemente. É um constante diálogo, em que não há julgamento, fracasso ou classificação, consistindo num espaço de aceitação do outro, das diferenças e das potencialidades para a aprendizagem.

A avaliação mediadora, conforme aponta Hoffmann (2005), permite um processo de “ação-reflexão-ação” tanto do educador, quanto do próprio educando. Um professor consciente de sua função como mediador por propiciar situações de aprendizagem segundo às necessidades do aluno e o aluno, por sua vez, pode refletir acerca de sua aprendizagem e avaliar suas inquietações e conquistas. Assim, é salutar lembrar que a postura do educador como mediador interfere na dinâmica escolar, sendo de fundamental relevância que o mesmo compreenda que a mediação ocorre no processo de construção do conhecimento.

Vygotsky afirma ainda que toda criança detém potencial para aprender, principalmente se for pela zona de desenvolvimento proximal, com desafios, capacidade, maturidade, estimulação, esforço e superação.

Conforme Melchior (1994), não se pode separar o ensino da avaliação como se representassem compartimentos separados de um processo. Aprender implica em se avaliar e, dessa maneira, o progresso do aluno deve ser visto não pela forma como se sai em um desafio homogêneo apresentado a muitos, mas como se reduz sua dependência da ajuda do mediador e, portanto, qual a efetiva distância que percorreu, comparado o que poderia realizar sem qualquer ajuda e o que conquistou com apoio da mediação.

Para Vygotsky, o aprendizado é um aspecto necessário ao processo de desenvolvimento das funções psicológicas culturalmente organizadas e especificamente humanas, sendo ponto de partida quando a criança aprende, ela “consolida” no espaço circunscrito pelo nível de desenvolvimento real e o nível de desenvolvimento potencial.

Resumindo as concepções de Vygotsky quanto a avaliação, pode-se definir que a aprendizagem deve ter uma avaliação significativa e resultar da interação social com a intervenção do adulto num clima adequado e satisfatório, constituindo-se um ensino a ser construído de forma natural, adquirido e formado.

Diante do exposto e considerando que a Educação Infantil representa o primeiro contato da criança com a instituição educacional, de forma que a vivência

dessa experiência pode marcar de forma profunda a criança e sua visão acerca da aprendizagem, do professor e da escola, destaca-se ser essencial que a avaliação na Educação Infantil seja baseada nas contribuições de Vygotsky sobre o desenvolvimento infantil.

Baseando-se no conteúdo estudado, a seguir passa-se a delinear o processo avaliativo realizado no ambiente escolar e a sugerir as finalidades, as características e as possibilidades do uso de portfólios, provas e avaliação por colegas.

#### **4 PROCESSO AVALIATIVO: PLANEJAMENTO E SUGESTÕES PARA APLICAÇÃO DA AVALIAÇÃO**

De acordo com Villas Boas (2007), o desenvolvimento de uma avaliação formativa demanda planejamento, o que, todavia, não tem sido um hábito dos educadores, pois perdura a prática de aplicarem-se provas cujo conteúdo já está pronto desde os anos anteriores. Há até mesmo educadores que têm um banco de questões, para que escolham as que vão adicionar em provas futuras, não considerando em primeiro lugar o aprendizado do aluno, mas sim ter facilitado o seu trabalho. Além disso, em diversas situações são propiciadas aos alunos oportunidades de aprender o que ele demonstrou, nas provas, sem ainda não ter aprendido. Estas práticas tornam mecânica a avaliação e expropria o aluno do seu trabalho. Não obstante, muitas vezes os alunos não têm a devolução da prova que realizaram. Deste modo, conforme explica a autora, os diversos contextos escolares e sociais e a formação do aluno para a sua inserção social crítica são não considerados, revelando que avaliar restringe-se a aplicar provas.

Para Villas Boas (2007), planejar a avaliação denota refletir sobre alguns aspectos. Inicialmente indaga-se a razão de se avaliar. Uma das respostas pode ser: porque é uma requisição da escola. A outra pode ser porque a avaliação auxilia a entender o processo de aprendizagem dos alunos. A opção por uma destas respostas demonstra a compreensão que o educador possui acerca da avaliação. Ao optar pela opção que compreende a avaliação como auxílio para o processo de aprendizagem dos alunos, o educador apresentar perceber que a avaliação tem o objetivo de colaborar para a sua aprendizagem.

O processo de avaliação demanda planejamento. O educador deve estimular a participação dos alunos, sem esquecer a parte que lhe pertence, pois como explicam Freire e Shor (1986), o professor é autoridade, sem necessitar empregar autoritarismo.

Procedimentos de avaliação integram o planejamento da avaliação. Assim, deve haver a escolha dos procedimentos mais adequados a cada turma ou grupo de alunos. Além disso, procedimentos são os meios pelos quais ocorre a coleta de informações para realização da avaliação. Todos eles compõem o que se denomina

de processo avaliativo. Cada procedimento desempenha finalidades próprias, alguns demandam atividades ou respostas mais concisas e outros atividades ou respostas mais planejadas. Outros requerem atividades ou respostas que exigem análise e outros, atividades ou respostas simples. Alguns desejam o desenvolvimento de idéias de forma mais livre e outros, atividades ou respostas pontuais. Diante disso, perdura a necessidade de serem utilizados procedimentos variados, que confirmem as aprendizagens do aluno, por isso a seguir serão demonstrados alguns procedimentos: portfólios, provas e avaliação por colegas, bem como algumas sugestões de avaliação: avaliação por meio de autoavaliação, avaliação por meio de entrevista e avaliação por meio da observação.

#### 4.1 PORTFÓLIOS

De acordo com Villas Boas (2007), o portfólio consiste num dos procedimentos harmônicos com a avaliação formativa. Segundo a autora, o mesmo é composto por uma grande e fina pasta em são apresentadas amostras das produções de artistas e fotógrafos iniciantes. Todavia, no campo da educação, ele proporciona diversas possibilidades, sendo uma delas a sua construção pelo próprio aluno, consistindo assim uma coleção de suas produções, nas quais se compõem os destaques de seu aprendizado, destacando-se que o mesmo é organizado pelo aluno para que assim, juntamente com o educador, possam acompanhar o seu progresso, pontua Villas Boas (2004).

O portfólio é uma coletânea proposital do trabalho do educando que descreve a história dos seus empenhos, avanço ou comportamento em uma área determinada, qual deve compreender a sua participação na escolha do teor do portfólio; os critérios para julgamento do mérito; as linhas básicas para a seleção; e evidência de auto-reflexão pelo aluno, observa Arter e Spandel (1992) *apud* Villas Boas (2007).

O portfólio, deste modo, é um método de avaliação que admite que os educandos participem da formulação dos objetivos da sua aprendizagem e avaliem a sua evolução, de modo que sejam ativos participantes da avaliação, escolhendo as melhores amostras de seus trabalhos para inseri-las no portfólio. Tal

compreensão abrange três idéias básicas: a avaliação é um procedimento em desenvolvimento; a reflexão pelo aluno sobre a sua aprendizagem é elemento importante do processo; os educandos são participantes ativos desse procedimento visto que aprendem a identificar e desvendar o que sabem e o que ainda não sabem.

Para Villas Boas (2007), quando se fala em portfólio solicita-se que se discorra sobre a avaliação formativa e o contexto educativo que ela proporciona e, também, que dela implica. A expressão “trabalho com o portfólio” é empregada para lembrar que a avaliação não ocorre em momentos isolados do trabalho pedagógico: ela o estreia, acompanha todo o processo e o conclui.

Já Easley e Mitchell (2003) *apud* Villas Boas (2007) enfatizam que um portfólio é uma especial reunião dos melhores trabalhos formada pelos próprios alunos, os de forma ativa participam de todo o processo, edificando o portfólio, identificando os critérios de aprendizagem e escolhendo as peças do seu trabalho que evidenciam como os critérios foram conseguidos. Não obstante, a reflexão sobre o seu trabalho e sobre os critérios faz com que os alunos componham objetivos de aprendizagem novos, dessa forma os portfólios apresentam seu sentido.

Ainda para Easley e Mitchell (2003) *apud* Villas Boas (2007), portfólio não é somente um arquivo, mas integra o processo de avaliação que instrui os alunos a avaliarem e apresentarem seus próprios trabalhos.

O portfólio possibilita que o aluno acompanhe o desenvolvimento do seu trabalho, de forma a avaliar suas potencialidades e aspectos que necessitam ser aperfeiçoados e o esforço por ele realizado é, posteriormente, reconhecido e estimado, fazendo com que conceitos, notas e citações, se houverem, passem a ser posto em segundo plano e, com o decorrer do tempo, sejam até eliminados, observa Villas Boas (2007).

Para Villas Boas (2007), a criação do portfólio passa a ser uma agradável atividade para o aluno, que pode conservar uma coleção organizada de suas atividades, ao invés de ter suas produções isoladas umas das outras e apresentadas ao professor quando ele assim o determina, de modo que o aluno passa a compreender sua trajetória, assim como suas iniciais necessidades e como as atenderam durante a realização do trabalho. Como afirma Klenowski (2003, p. 3)

*apud* Villas Boas “a auto-avaliação, a reflexão e a oportunidade de o aluno revelar o processo pelo qual o trabalho é expresso no portfólio constituem a centralidade do portfólio”.

Por constituir-se uma das possibilidades de criação da prática avaliativa envolvida com a constituição do cidadão competente de pensar e de tomar decisões, Villas Boas (2007) apresenta alguns princípios que devem orientar a construção do portfólio. O principal deles, como se denota, é o da sua constituição pelo próprio aluno, permitindo-lhe realizar escolhas e adotar decisões.

É salutar ressaltar que a avaliação tem profundas raízes tradicionais, de forma que toda a sociedade brasileira a valorize como ferramenta de avaliação. Aqui, não se discute a substituição da prova pelo portfólio, pois ambos são métodos de avaliação, que cumprem diferentes propósitos. Por tal motivo, combate-se a exclusiva utilização da prova, haja vista que a mesma não apresenta qualidades para avaliar toda aprendizagem do aluno, que se dá através de linguagens diversas, resultando daí a possibilidade de a prova ser compreendida no portfólio, sugere Villas Boas (2007).

A constituição do portfólio é realizada através da reflexão e por meio dela, assim o aluno determina o que adicionar, a forma de adicionar e, ao concomitantemente, pondera as suas produções, tendo a oportunidade de refazê-las quando quiser e houver necessidade. Indica-se que todas as produções do educando fiquem no portfólio, tanto a primeira versão quanto as outras, acerca do mesmo tema, a fim de que ele e o professor possam considerar o seu avanço. Podem ser direcionadas interrogações aos alunos para auxiliá-los a ponderar o curso de suas produções individuais e o curso das produções do grupo. Nesse sentido Villas Boas (2007) observa que a construção, a reflexão e a criatividade levam o aluno a ampliar a capacidade de ajuizar o seu desempenho com o desígnio de sempre avançar. A avaliação realizada pelo professor é de grande valia e, combinada com a do próprio aluno, possibilita que o mesmo desenvolva o diagnóstico das suas potencialidades.

Deste modo, observa-se que o trabalho com o portfólio é uma fantástica oportunidade para auto-avaliação, visto que os alunos apresentam em mãos todas as suas produções, podendo compará-las com os critérios instituídos por eles e o professor, cabendo ao educador manter-se cuidadoso e disponível para ajudá-los a



notar seus aprimoramentos intelectuais e a anotar seus diagnósticos. Além disso, a avaliação realizada através do portfólio proporciona ao aluno, ao professor e aos pais destaques da aprendizagem, para que o aluno escolha suas melhores produções, e reconheçam os desígnios peculiares da aprendizagem, realizem suas tarefas e avaliem-nas de acordo tais critérios.

Easley e Mitchell (2003) *apud* Villas Boas (2007) avaliam que o portfólio é uma autêntica configuração de avaliação, que possibilita que aos alunos compreendam habilidades que lhes serão proveitosas por toda a vida, sendo então o procedimento exclusivo de avaliação em que os professores e alunos operam em conjunto. Esse processo lhes possibilita aprender a tomar decisões sobre sua própria aprendizagem e a estabelecer objetivos para o futuro.

Ressalta-se a socialização é uma atividade indispensável ao longo do processo de confecção dos portfólios, haja vista que o portfólio é um procedimento de avaliação ainda pouco conhecido e uma construção individual. Assim, há a necessidade de instituir momentos em que eles debatam entre si o que vêm realizando a fim de que os alunos confiem em um trabalho de cuja coordenação, desenvolvimento e avaliação eles sejam participantes.

Além disso, no intuito de divulgar e dar valor às atividades realizadas, os portfólios dos alunos podem ser também apresentados, pelos eles próprios, autores, para as demais turmas, de outras turmas ou séries. Ao fim de cada atividade de socialização, indica-se que o professor peça aos alunos que registrem suas impressões. No decorrer da socialização os alunos poderão analisar o trabalho dos colegas, respeitosamente, e exercer a auto-avaliação, pensando sobre o seu avanço e a respeito dos desígnios que ainda lhes falta atingir.

Por fim, conclui-se que avaliação e aprendizagem se entretêm e se confundem no transcorrer do desenvolvimento do portfólio, de forma que cada portfólio é uma criação única, pois o aluno escolhe os destaques de aprendizagem e adiciona reflexões acerca do processo desenvolvido. Além disso, ressalta-se que como qualquer outro processo de avaliação, o emprego do portfólio é planejado, sendo sua característica mais especial o fato do envolvimento do aluno, haja vista duas peculiaridades. Assim, é muito importante que o mesmo ganhe ênfase no planejamento, a fim de que educadores, pais e alunos se sintam seguros com a sua presença.

## 4.2 PROVAS

De acordo com Villas Boas (2007), o instrumento de avaliação conhecido como prova tem sido amplamente discutido por inúmeros autores, assim como tem sido abordado seus diversos malefícios, bem como seus prejuízos têm sido amplamente comentados.

Contudo, não é o caso de ela ser suprimida, haja vista a necessidade de nos submeter a ela em diversos processos seletivos. Sua condição de constituir-se o exclusivo método de avaliação e de, comumente, ostentar qualidade classificatória é o que pode ser apontado de errado para com ela. Tal fato é ocorrente porque os resultados por ela oferecidos são aproveitados unicamente para atribuição de nota, sem que o aluno tenha chance de estudar o que ainda não estudou.

Na concepção classificatória, a nota que deriva da prova é sustentada. Ao contrário, na concepção formativa, através dela constata-se o que cada aluno ainda não aprendeu e o trabalho pedagógico é reorganizado a fim de que a aprendizagem seja afiançada. No caso de se adotar notas, prepondera aquela que evidencia a ocorrência da aprendizagem. Todavia, deve-se entender que o interessante é a aprendizagem e não a nota. Se eles ainda não conhecem isso, é um aprendizado que a escola irá lhes dar.

De acordo com Batista (2006), a persistência na utilização da prova se dá por causa que a mesma proporciona ao educador e aos educandos um estado de segurança em relação à possibilidade de atestar a capacidade de demonstração do conhecimento. Nada obstante, convém notar a necessidade de os alunos divulgarem seu conhecimento através de diversas linguagens e formas, para que tenham inserção social crítica.

Quando se trabalha com o portfólio, a prova poderá também ser empregada como uma outra metodologia ou mesmo como componente que a agregue. O educador poderá instituir provas que sejam úteis para a promoção da aprendizagem. Por exemplo, após a sua realização pelos educandos e a análise realizada pelo professor, as provas podem ser devolvidas e, em sala de aula, o professor poderá orientar para que sejam refeitas as questões que evidenciam essa necessidade. O importante não é a nota, mas sim a aprendizagem. Este é uma forma de se exercitar o que é conhecido erroneamente de “recuperação”, destaca Villas Boas (2007).

Na dialética da avaliação classificatória e tradicional, permite-se que se acumulem aprendizagens não contraídas pelos alunos, conduzindo-os a estudos de recuperação, todos vinculados, ao mesmo tempo, desempenhando as mesmas atividades.

Já, de acordo com Batista (2006), na avaliação formativa, não convém falar de “recuperação”, pois a recuperação é utilizada para recuperar-se algo que já existente. Em um processo de trabalho em que a aprendizagem e a avaliação estão atreladas, não tem sentido falar em recuperação.

Caso o aluno se encontre em um permanente processo de aprendizagem, ele nada tem a recuperar, pois continuamente está aprendendo e este processo sempre está em avaliação, de forma que ele, o professor e sua família conheçam aquilo que ele já aprendeu e o que ainda não aprendeu. Não há momentos adequados para “recuperação”, assim como não deve haver a retenção de alunos, explica Batista (2006).

A recuperação realizada nos modelos tradicionais costuma ser realizada para aprimorar a nota e permitir a aprovação do aluno. Portanto, nem todos os alunos são orientados a estudos de recuperação por terem atingido a média, fato que denota que a escola e a família se preocupam somente com a aprovação do aluno.

#### 4.3 AVALIAÇÃO POR COLEGAS

A avaliação realizada por colegas que desenvolvem as mesmas atividades que o avaliado ou que integre a mesma turma, consiste num valioso elemento do processo avaliativo e pode ser o passo inicial para a auto-avaliação.

Os alunos enquanto avaliam e revisam suas próprias produções, podem fazer o mesmo com as dos colegas. Conhecendo que suas atividades serão apreciadas por colegas, eles as realizarão com mais acuidade e, provavelmente, com mais prazer. Diversas tarefas podem ser avaliadas em duplas de alunos e, posteriormente, em grupos de três ou quatro, sempre com o acompanhamento do professor. Tal ajuda mútua tem o benefício de ser dirigida através da linguagem que os alunos usam naturalmente, observa Villas Boas (2007).

Villas Boas (2007) sugere que essa avaliação também pode integrar o trabalho com o portfólio, sobretudo nos momentos de socialização. Com crianças é muito simples realizar avaliação por colegas visto que elas são espontâneas e apreciam atividades díspares e dinâmicas. Possivelmente, os próprios alunos podem instituir listas de discussão, blogs e outros meios, por internet, para envio de material para análise por eles próprios.

Salienta-se que a avaliação proveniente de um grupo de colegas possivelmente será melhor recebido do que aquela a realizada de forma individual, de forma que tal tipo de avaliação possibilita a participação dos alunos e amplia o diálogo sobre sua aprendizagem entre eles e o educador. Não obstante, o fato de os alunos conhecerem suas próprias necessidades, informando-as ao educador, faz com que este tenha facilitado o seu trabalho e maior tempo para acessar aqueles que necessitam de sua atenção. Enquanto os alunos estão ocupados, envolvidos na avaliação das produções dos colegas, o professor pode dedicar-se a analisar o desenvolvimento das atividades, meditar sobre elas e ministrar as necessárias interferências.

Por fim, acrescenta-se que os alunos aprendem assumindo a função de professores e de avaliadores das aprendizagens dos companheiros.

#### 4.4 AVALIAÇÃO POR MEIO DE AUTOAVALIAÇÃO

Embora seja utilizada para trabalhar com o portfólio, a auto-avaliação não é usada apenas nesta situação. A mesma deve integrar o trabalho pedagógico se ambicionarmos cooperar para o desenvolvimento de cidadãos que raciocinem de maneira crítica e saibam interferir quando preciso. Conseqüentemente, a auto-avaliação pode e deve ser usada, mesmo que não seja aplicada ao portfólio, pois ela é um dos meios mais importantes de coleta de informações para a avaliação.

Compreende-se por auto-avaliação o procedimento pelo qual o próprio educando pondera consecutivamente as atividades realizadas e em desenvolvimento e escreve suas percepções e sentimentos. Tal apreciação considera o que ele já aprendeu, aquilo que ainda não aprendeu, os aspectos facilitadores e os dificultadores do seu trabalho, tendo como alusão as finalidades da

aprendizagem e os critérios de avaliação. Um componente importante nesse processo é a identificação de ações futuras, para que haja avanço na aprendizagem. Tal auto-avaliação não tende à atribuição de notas, conceitos ou menções pelo aluno, destaca Villas Boas (2007).

Segundo Villas Boas (2007), alunos de todas as faixas etárias têm capacidade de avaliar o seu trabalho, cada qual segundo seu grau de desenvolvimento; entretanto, suas percepções nem sempre são consideradas. E, quando o são, isso é realizado através de uma ficha ou de um formulário preparado pelo professor e distribuído aos alunos para preenchimento no momento determinado por ele. Os alunos nem sempre são cientificados sobre o que é feito com os dados coletados. Tal procedimento é mais um exemplo de prática avaliativa autoritária, que atrapalha os alunos visto que eles não conhecem a utilização a ser dada às informações por eles propiciadas.

Ainda para Villas Boas (2007), a verdadeira auto-avaliação não se articula com nota, porém tem sentido emancipatório de possibilitar que continuamente o aluno reflita sobre o seu aprendizado e amplie a habilidade de registrar suas percepções. Compete ao professor impulsionar a prática pelos alunos da auto-avaliação e utilizar as informações ministradas para reorganizar o trabalho pedagógico.

Caso seja adotado, os comentários podem inseridos pelo professor no portfólio das crianças, caso essas ainda não saibam escrever. Além disso, pode ser solicitado que a criança desenhe a sala de aula, a turma e a escola, como são e como ela desejaria que fossem. Alunos maiores podem checar suas produções com as finalidades da aprendizagem e com os critérios de avaliação, para ponderarem se os acolhem. Assim, determinarão, ao lado do professor, as atividades conseqüentes, em caso afirmativo ou analisarão, em caso negativo, ao lado dele, o que lhes falta aprender e como o farão. Como se observa, a função do professor é muito importante.

É importante notar que a auto-avaliação é mais relacionada à avaliação para a aprendizagem do que à avaliação da aprendizagem, porquanto ela permite o desenvolvimento de muitas aprendizagens, não somente de conteúdos curriculares, mas, também, de formas de convivência e relacionamento saudável entre alunos e professores e entre os próprios alunos.

#### 4.5 AVALIAÇÃO POR MEIO DE ENTREVISTA

O professor constantemente dialoga com os alunos, principalmente na Educação Infantil e nos Anos Iniciais da Educação Fundamental. Diante disso, vê-se uma possibilidade do professor utilizar esta rica oportunidade de interação para integrar o processo avaliativo. Contudo, para tanto, é indispensável a organização.

Dar oportunidade para o aluno falar, desenvolver argumentação oral e posicionar-se acerca de variados temas enriquece sua aprendizagem. A opção pela entrevista como método de avaliação demanda a existência de relacionamento amigável entre professor e aluno, para que este se sinta à vontade e não a entenda com temor. Talvez o termo coloquial “conversa informal” talvez seja mais adequado que o termo “entrevista”.

O professor pode realizar perguntas ou apenas ouvir o aluno. Caso ele faça perguntas, as mesmas devem ser claras e compreensíveis. É imprescindível que o professor tenha capacidade de ouvir o aluno, com admiração, oferecendo-lhe o tempo necessário para expressar-se. A utilização freqüente da entrevista permite saber não apenas aquilo que o aluno aprendeu e o que ainda não aprendeu, mas, também, conhecê-lo como pessoa. A entrevista serve para complementar informações, compreende aspectos do trabalho não identificáveis por outros procedimentos. Ao conversar com o aluno, o educador pode conhecer como ele pensa e os motivos de muitas de suas ações. A prática poderá ser adotada pelo professor como rotina de trabalho, de modo que possa entrevistar alguns alunos a cada dia, iniciando por aqueles que demonstram necessidades, sendo que seu uso sistemático pode integrar a rotina de trabalho do professor, e em determinadas situações, poderá se realizar durante a prática de atividades em classe, com o próprio aluno iniciando-a ao fazer um comentário ou uma pergunta, momento tal que o professor aproveitará a situação e conduzirá a conversação, aponta Villas Boas (2007).

A entrevista deverá ser planejada para ser bem aproveitada, isto é, deverá ser definido seus propósitos, aqueles que serão entrevistados, o tempo da sua realização e como será feita a anotação das informações coletadas. Em inúmeras circunstâncias de seleção para cursos e empregos o procedimento da entrevista tem tido destaque; contudo, o que se nota é que a escola tem privilegiado a prova

escrita, não apresentando ocasião para o desenvolvimento da argumentação oral. O importante é que tal procedimento de avaliação opere como um aliado da avaliação formativa. Convém lembrar que a avaliação formativa articula-se ao trabalho pedagógico preocupado na aprendizagem e no sucesso de todos os alunos, conclui Villas Boas (2007).

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme foi possível perceber, denota-se que a avaliação é fundamental à educação, inseparável e indissociável, se compreendida como reflexão e questionamento sobre a ação. A avaliação faz-se imprescindível para refletir, questionar e modificar nossas ações. Crer em um processo avaliativo mais dinâmico é o também que desempenhar a função didático-pedagógica de contribuir e aperfeiçoar o ensino/aprendizagem. Além disso, como se viu, a forma como se avalia, é essencial para a realização dos objetivos educacionais, pois ela demonstra aos alunos aquilo que o professor e a escola apreciam.

Por outro lado, também foi possível compreender que infelizmente a avaliação que deveria ser uma aliada do processo educacional, acabou por tornar-se o objetivo deste processo, na prática da escola e dos alunos, instituindo o conhecido estudar para passar. Não obstante, a avaliação deve passar a ser considerada como uma forma de buscar progressos nas escolas.

Atualmente impera a necessidade da educação ser formada por técnicas e procedimentos que permita ao ensino como um todo e ao educador em sala de aula avaliar seu trabalho, destacando-se para tanto o processo designado de avaliação, o qual permite considerar as atividades pedagógicas planejadas, viabilizando um ensino de qualidade. Desta maneira, não há como afastar a avaliação do ensino.

A avaliação, como se pode notar, consiste num recurso a ser empregado em benefício do aluno e do professor, um maquinismo auxiliar no seu trabalho, a qual serve para apontar os resultados do trabalho do professor e também para auxiliá-lo a conduzir o processo, observando favoravelmente as necessidades e solicitações das crianças.

É indispensável que o educador tenha ciência sobre a seriedade da avaliação, que tenha clareza dos desígnios dessa avaliação e que saiba sobre os Instrumentos Avaliativos dos quais se aproveita junto às crianças para que a avaliação se torne de fato significativa para ele que a realiza, para as famílias que a recebem e para as crianças que são o cerne do trabalho do professor.

Destaca-se também que o ato de avaliar não pode ser apreendido como uma etapa final do processo em que se constata o que o aluno conseguiu, mas sim deve instituir condições de aprendizagem que possibilita que mesmo evolua na



construção de seu conhecimento. Assim, a avaliação pode ser considerada à medida que proporciona a todos os envolvidos no processo educativo momentos de reflexão sobre a própria prática.

Através da avaliação é possível direcionar o trabalho, privilegiando o aluno como um todo, como um ser social com suas necessidades próprias e também possuidor de experiências que devem ser valorizadas na escola, por isso a necessidade de redimensionar a prática de avaliação no contexto escolar. Então, não apenas o aluno, mas o educador e todos os abrangidos pela prática pedagógica podem, por meio dela, pensar sobre sua própria evolução na construção do conhecimento, devendo o educador possuir um conhecimento mais enraizado da realidade na qual vai operar, para que o seu trabalho seja dinâmico e inovador, a fim de se cooperar para um sistema de avaliação mais imparcial, que não exclui o aluno do processo de ensino-aprendizagem, mas o inclui como um ser ativo e crítico.

## REFERÊNCIAS

ANTUNES, C. **A avaliação da aprendizagem escolar**. 4. ed. Petrópolis-SP: Vozes, 2004.

\_\_\_\_\_. **Como Transformar informações em conhecimento**. 3 ed. Petrópolis-SP: Vozes, 2009.

BASSEDAS, E.; HUGUET, T.; SOLÉ, I. **Aprender e ensinar na Educação Infantil**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

BATISTA, C. O. **A utilização da prova como instrumento de avaliação**. Texto apresentado durante o XIII Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino (ENDIPE), Recife, 23 a 26 abr. 2006.

BRASIL. MEC - Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial**. Livro I, MEC/SEESP - Brasília. 1994.

BRASIL, Ministério da Educação e Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: arte. Brasília: MEC/SEF, 1997.

\_\_\_\_\_. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Brasília: SEF, 1998. 3 v.

\_\_\_\_\_. **Política Nacional de Educação Infantil**: pelos direitos das crianças de zero a seis anos à educação. Brasília: SEB, 2006.

CAMPOS, R. H. F. **História da psicologia e história da educação** – conexões. In. C.G. Veiga & T.N.L. Fonseca (orgs.). *História e Historiografia da Educação no Brasil* (pp.129-158). Belo Horizonte: Autêntica; 2003.

CAPOVILLA, A. G. S.; Gütschow, C. R. D.; Capovilla, F. C. **Habilidades cognitivas que predizem competência de leitura e escrita**. Psicologia: Teoria e Prática; 2004.

CONAE 2010. **Conferência Nacional de Educação**. Documento Referência. Brasília, 2010.

ECA. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Centro Brasileiro para a Infância e a adolescência. Ministério da Ação Social, Brasília. 1990.

ESTEBAN, M. T. **A avaliação no cotidiano escolar**. 2.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

\_\_\_\_\_. **Jogos de encaixe: educar ou formatar desde a pré-escola?** In: FERNANDES, Sueli. Metodologia da Educação Especial. Curitiba: IBPEX, 2006.

CASTRO FILHO, J. A. de. **Contribuições da Psicologia para a aprendizagem escolar**. São Paulo; 2007.

FIOCRUZ. **Projeto Político Pedagógico**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2004

FREIRE, P.; SHOR, I. **Medo e ousadia: o cotidiano do professor**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

GARCIA, R. L. **Revisitando a pré-escola**. São Paulo. Cortez. 1993.

GATTI, B. **O professor e a avaliação em sala de aula**. Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP. Coordenadora do Departamento de Pesquisas Educacionais da Fundação Carlos Chagas, SP; [gatti@fcc.org.br](mailto:gatti@fcc.org.br); 2009.

HAYDT, R. C. C. **Avaliação do processo ensino-aprendizagem**. São Paulo: Ática, 1998.

HOFFMANN, J. M. L. **Avaliação: mito e desafio**. Uma perspectiva construtivista. Educação e Realidade Revistas e Livros. Porto Alegre: 1991.

\_\_\_\_\_. **Mito e desafio: uma perspectiva construtivista**. Porto Alegre. Educação e Realidade. 1993

\_\_\_\_\_. **Uma perspectiva construtivista**. 10ª ed. Porto Alegre-RS: Educação e realidade, 1993.

\_\_\_\_\_. **Avaliação na pré-escola: um olhar sensível e reflexivo sobre a criança**. 7ª ed. Porto Alegre-RS: Mediação. 1996.

\_\_\_\_\_. **Avaliação Mediadora:** uma prática em construção da pré-escola à universidade. Porto Alegre. Educação e Realidade. 1998.

\_\_\_\_\_. **Avaliação mito & desafio:** uma perspectiva construtivista. 29ª ed. Porto Alegre: Mediação, 2000.

\_\_\_\_\_. **O jogo do contrário em avaliação.** Porto Alegre: Editora Mediação, 2005. 2ª ed.

JAEGGER, Z. G. **Avaliação na escola de 2.º grau.** Campinas: Papyrus, 1993.

LIBÂNEO, J. **A Prática Pedagógica de Professores da Escola Pública.** São Paulo, 1985.

LUCKESI, C.C. **Avaliação da aprendizagem escolar.** 14 ed. São Paulo: Cortez, 2002.

MELCHIOR, M. C. **Avaliação Pedagógica:** função e necessidade. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1994.

\_\_\_\_\_. **Avaliação pedagógica:** função e necessidade/Maria Celina Melchior. 3. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2002.

NÉRICI, I. **Educação e ensino.** São Paulo: IBRASA, 1985.

NICOLAU, M. L. M. **A educação pré-escolar fundamentos e didática.** 2ed. São Paulo: Ed. Ática, 1986. 320 p.

OLIVEIRA, M. K. de. **Vygotsky:** aprendizado e desenvolvimento; um processo sócio-histórico. 4. ed. São Paulo: Scipione, 1997.

PILET, N. **Psicologia Educacional.** 17. ed. São Paulo: Ática, 2000.

RABELO, E. H. **Avaliação:** novos tempos, novas práticas. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

SANCHEZ, M. D. P. **Modificabilidade cognitiva y P.E.I.** Madrid: Bruño, 1989.

SARMENTO, M. J.; PINTO, M. **As crianças e a infância: definindo conceitos delimitando o campo.** In: PINTO, Manuel, Centro de Estudos da criança, 2000.  
SAUL, A. M. **Avaliação emancipatória.** São Paulo: Cortez, 1988.

SILVA, C. S. B. da. **Curso de Pedagogia no Brasil: história e identidade.** São Paulo: Autores Associados, 1999.

TEODORO, P. T. **Avaliação da aprendizagem na educação infantil: um processo em construção.** Londrina, Paraná, 2010. 62p.. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2010.

UNGLAUB, E. **A prática da pedagogia adventista em sala de aula, tornando a teoria uma realidade eficaz na sala de aula.** São Paulo: Paradigma, 2005.

VILLAS BOAS, B. M. de F. **Portfólio, avaliação e trabalho pedagógico.** Campinas: Papirus, 2004.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia: A avaliação na escola.** Brasília: Universidade de Brasília, 2007.

WEISZ, T. **Alfabetização, Educação Infantil e acesso à cultura escrita: as possibilidades da escola.** Disponível em: <<http://www.reescrevendoaeducacao.com.br/pages.php?recid=18>>. Acesso em 31 de dez. 2012.